

Sayad quer crescimento com contas equilibradas

Florianópolis — A estratégia do crescimento baseia-se no reequilíbrio financeiro das contas do Governo, austeridade no trato do dinheiro público, retomada do crescimento, garantia de que não se usará a recessão como instrumento de política econômica, renegociação da dívida externa e recuperação dos salários. A definição foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, João Sayad, que participou em Florianópolis do fórum promovido pela Federação das Associações Industriais e Comerciais do Paraná.

Sayad foi questionado pelos empresários de Santa Catarina sobre a mudança do cálculo do índice da inflação da FGV para o IBGE, aplicando o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado). A questão foi colocada pelo presidente da Federação das Associações Industriais e Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira e Oliveira, no debate que

houve de manhã no Centro Integrado de Cultura, durante o Fórum Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina). O empresário considerou “estranha” a mudança e quis saber se também afetaria o custo do dinheiro. Sayad teceu duras críticas à Fundação Getúlio Vargas, dizendo que o processo de coleta da FGV é “extremamente imperfeito e gera muitas reclamações, pois os preços às vezes são coletados por telefone e os índices do custo de vida colhidos apenas no Rio de Janeiro”. Para o ministro, o índice do FGV não é adequado “do ponto de vista conceitual”, observando que três itens integram as pesquisas da FGV para chegar ao índice da inflação: Índice de Preços por Atacado (que tem peso 6), do Custo de Vida (3) e do Custo de Construção (peso 1).

Segundo o ministro Sayad, o índice colhido pelo

IBGE já atinge várias capitais, levantado por um exército de coletadores de preços, baseado em 250 mil informações. Para ele, a medida é mais correta, lembrando que, além disso, há o conselho do INPC, composto por trabalhadores, empresários e economistas, que tem acesso a todos os procedimentos de coleta de preços e, por isso, “esperamos que deem respaldo a essa medida”. Garantiu que esse novo índice será aplicado tanto para os trabalhadores como para o mercado financeiro, enfatizando que o IPCA “é correto” e que vem defendendo sua aplicação desde março último. No entanto, reconheceu que talvez tenha sido aplicado no momento inadequado, pela discrepância dos números da FGV (inflação de 15 por cento) e do IBGE (11,12 por cento). “São números completamente díspares — disse aos empresários — mas a medida é justa, o processo é confiável”.